

TROUCHE, André. *América: história e ficção*. Niterói, RJ: EdUFF, 2006. 156 p.

A história como intertexto ativo da literatura hispano-americana

Heloisa Costa Milton

Na literatura hispano-americana, a indagação do passado compõe um veio privilegiado para o gesto criador, inscrevendo-se como uma busca poética diretamente vinculada ao tópico da identidade cultural. Tal condição traz como resultado uma alta incidência de romances históricos neste território literário, subgênero que, emergindo no século XIX, instala-se na contemporaneidade com força expressiva, talento inovador e vitalidade plena.

Sendo assim, pode-se afirmar que, contando com um acervo enorme de histórias privadas e coletivas e tecendo narrativas que primam pelo engenho e arte, o romance, em particular o histórico, exercita uma prerrogativa que lhe é inerente: fabular as conjunturas da história, dramatizando, inclusive, as mentalidades e sensibilidades que se expandem em temáticas tão amplas e abstratas quanto amor, maldade, vida, morte, costumes, celebrações e rituais, dentre outros aspectos da existência humana que potencializam a riqueza literária.

André Trouche, na obra que se denomina *América: história e ficção*, oriunda da tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997, discute, com esteio crítico vigoroso e sólido procedimento analítico, a presença do discurso histórico no processo literário hispano-americano, caracterizando-o como intertexto ativo na formação das matrizes paradigmáticas da ficção hispano-americana. Essas matrizes são consideradas linhas de força que definem e sustentam a dinâmica literária como um todo e, no tocante ao trabalho crítico que desenvolve o autor, são os eixos que lhe conferem substância argumentativa e analítica.

Partindo de uma revisão teórica sobre as relações possíveis entre história e ficção, Trouche estabelece tais linhas de força propondo, com argumentos incontestáveis, uma perspectiva de abordagem das letras hispano-americanas em função de quatro momentos, concebidos como decisivos para esse processo e tomados como parâmetros de uma possível unidade cultural. Esses momentos privilegiados dizem respeito ao lastro cultural de quatro obras, selecionadas como *corpus* de análise e fundamentação da pesquisa: *Comentarios reales* (1609), do Inca Garcilaso de la Vega, tida como emblema de fundação e ponto de partida do processo literário hispano-americano; *Recuerdos de provincia* (1850), de Domingo Faustino Sarmiento, obra de referência do

período de formação das nacionalidades; *La muerte de Artemio Cruz* (1960), de Carlos Fuentes, focalizada como expressão do período de afirmação emergencial da narrativa hispano-americana; e *Yo el supremo* (1974), de Augusto Roa Bastos, sustentada como signo privilegiado de superação das utopias modernistas. Em todas elas, o autor sublinha a capacidade de evocar, como modelo literário, algo que caracterizaria sobremaneira a narrativa hispano-americana: a tendência, dotada de múltiplas feições narrativas, de transferir para o terreno ficcional o questionamento da experiência histórica, refletindo, com tal gesto, sobre a ontologia e a identidade americanas.

Trouche sedimenta seu estudo em inúmeras indagações. Por exemplo, com ímpeto de intensificar o debate sobre as literaturas do continente, lança um feixe de perguntas como norte do seu pensamento:

De que se fala quando se fala em América Hispânica? E de América Latina? Existirá uma Literatura Hispano-Americana? O que se produz hoje nos EEUU, em espanhol, é Literatura Hispano-Americana? E as crônicas da Conquista produzidas por europeus na América? O Caribe é inglês ou latino? A literatura produzida pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII é hispânica ou latino-americana? E a literatura indígena? A busca de autonomia pode ser matriz de comparação para uma periodização uniforme? E a tensão entre localismo e cosmopolitismo, como deve ser encarada? E a questão lingüística? E...? (TROUCHE, 2006, p. 22-23)

Esse rol de questões lhe serve para confirmar a existência de um sistema literário em língua espanhola na América e legitimar a proposição de uma escritura recorrente voltada para o elemento histórico, interface literária que se opera e adquire maior ressonância, tal como ele estipula, no âmbito da metodologia comparatista. Entretanto, é importante salientar que o pesquisador recusa a designação de romance histórico para os paradigmas que institui, por entender que estes são formações discursivas que transcendem os registros do romance histórico por não se subordinarem à linha cronológica que define a série literária e, mais ainda, por alcançarem rendimentos artísticos diversos devido à confluência, no interior da sua linguagem, de um considerável hibridismo discursivo.

Sem refutar as excelências do romance histórico, Trouche reivindica um caráter mais abrangente para as matrizes literárias sobre as quais reflete. Enfatiza que a obra de Garcilaso funda um tipo de discurso que conjuga memória, eventos históricos e projeto narrativo, na busca de um espaço próprio, genuinamente americano, em relação ao espaço do outro; que a obra de Sarmiento dá continuidade ao paradigma de Garcilaso e enlaça estrato autobiográfico, memória, contrato social e construção ficcional, colocando em evidência a junção do público com o

privado na recuperação da história; que a obra de Fuentes é um romance histórico que, embora não opere com personagens que tenham assento nos cartórios de registro civil, analisa, recupera e reinventa, pelo recurso à memória, a experiência da sociedade mexicana desde a Revolução de 1910, prenunciando o que Linda Hutcheon (1987), denominaria metaficção historiográfica; e que a obra de Roa Bastos é, notadamente, um “documento ficcional”, que desconstrói o discurso histórico ao articular uma contra-história, problematizar a representação do passado e pôr em juízo a existência de verdades absolutas, superando, assim, a tradicional dicotomia entre verdade histórica e fantasia ficcional.

Essa produção constitui, pois, o andaime literário a partir do qual Trouche pensa e afirma a incidência da história no processo formador da literatura hispano-americana. Referindo-se às questões levantadas anteriormente, ele destaca a importância da noção de sistema para uma literatura que, em sua diversidade, forma uma unidade:

Abordar a literatura hispano-americana como sistema, sem dúvida, é uma das questões mais imediatas e delicadas com que se enfrenta o discurso crítico, ao debruçar-se sobre a produção literária da chamada América Hispânica. Imediata porque o próprio termo América Hispânica corresponde a um conceito geopolítico questionável, e que vem apresentando grande variação ao longo do tempo. E delicada porque envolve uma grande quantidade de culturas regionais/nacionais que apresentam considerável diversidade, não se expressam numa única língua (vide o caso da produção literária indígena pré e pós-colombiana e o caso atual dos *Chicanos*, *New Ricans* e *Cubanos-Americanos* nos EEUU), e, principalmente, porque se relaciona diretamente à questão da imagem/identidade hispano-americana, verdadeiro trauma ontológico-cultural, sempre presente desde a época da Conquista. (TROUCHE, 2006, p. 140)

Em vista desses dilemas e configurações, ao tomar as quatro obras como referenciais simbólicos da literatura que estuda, Trouche defende a substituição dos designativos “narrativas históricas” e “romances históricos” por “narrativas de extração histórica”, com a justificativa de que o composto “romance histórico” não expressa a ruptura radical com o modelo scottiano, empreendida, por exemplo, pelas obras que Hutcheon qualifica de “metaficção historiográfica”. Além disso, indo na contramão da avaliação feita por Rodríguez Monegal e outros críticos a respeito da longevidade deste tipo de construção, classifica o romance histórico de “subgênero arquivado e cristalizado”, argumentando que ele não possui amplitude suficiente para abarcar obras que foram produzidas com anterioridade ao seu advento no território hispano-americano, no século XIX.

Nessa direção, com o estilo enfático que caracteriza sua voz crítica e levando em consideração que o conceito de metaficção

historiográfica, ainda que extremamente operacional e renovador, não se aplica inteiramente à narrativa hispano-americana que toma a história como intertexto ativo, Trouche explica o porquê de pertinência de outra nomenclatura:

Fator paralelo, porém de importância capital para a opção pelo composto “narrativas de extração histórica”, encontra-se no fato de que o diálogo com a história não se restringe ao âmbito do romance histórico, e sua linha de continuidade, ou ao âmbito das chamadas metaficções historiográficas. Ao contrário, no universo do sistema literário hispano-americano, muito antes do século XIX, já encontramos significativa produção narrativa que toma o histórico como intertexto. Refiro-me à crônica historiográfica dos séculos XVI e XVII e a alguns narradores como Domingo Faustino Sarmiento e Ricardo Palma, ambos no mesmo século XIX, mas totalmente afastados do modelo do romance histórico, que tomaram a memória, a história e o legendário oral como signos contíguos não-excludentes, compartilhando a mesma perplexidade e o mesmo projeto de autoconhecimento, a começar do diálogo com a história. (TROUCHE, 2006, p. 43)

Inegavelmente, o conceito “narrativas de extração histórica” alicerça, com mais precisão e alcance, os paradigmas literários selecionados pelo pesquisador. De uma parte, observa-se que eles não se circunscrevem totalmente ao âmbito do romance histórico, ou do que se convencionou denominar “novo romance histórico”, e, de outra, que tampouco se limitam ao que Linda Hutcheon, aludindo à pós-modernidade e considerando basicamente a produção narrativa do Primeiro Mundo, qualifica de metaficção historiográfica.

Com os paradigmas que propõe, Trouche se insere no pensamento hispano-americano com eficácia analítica e argumentação refinada, a partir da visão de um processo literário que se sedimenta na relação com a história. Embora esta relação seja, notoriamente, foco de atenção de inúmeros estudos críticos sobre a literatura hispano-americana, a contribuição maior que Trouche oferece reside na fundamentação de uma nomenclatura mais abrangente — narrativas de extração histórica — para as diversas modalidades de relatos que se constroem e se nutrem do material histórico.

Em função do exposto, vale ainda notar que, se a história não é patrimônio exclusivo dos historiadores, como os bens artísticos testemunham, se o romance histórico demonstra sua plena vitalidade, tal como demonstrado pela variedade e alta incidência de suas produções, fica evidente que a história constitui, hoje e sempre, um dos agentes primordiais da inquietação humana, sendo, nesse sentido, um manancial inesgotável para a criação literária.

Ocupando os interstícios que a história deflagra, a literatura, em especial o sub-gênero histórico, encena o passado com

total autonomia de vôo, descongelando discursos tipificados nos diferentes campos do saber. A propósito desta propriedade artística, é oportuno afirmar, apelando a Roland Barthes, “que todas as ciências estão presentes no monumento literário” e que a literatura, sendo nesse ponto enciclopédica, “faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso.” (BARTHES, 1980, p. 18). De fato, indiretamente, a literatura revisa/revira a história abrindo-se a uma multiplicidade de interpretações, como decorrência da invenção de inúmeros tecidos, feixes, nós narrativos, que induzem o leitor a dois movimentos simultâneos e complementares: reviver o passado e imaginar o presente. As narrativas de extração histórica, nos termos com que André Trouche exalta a vocação da literatura hispano-americana para a história, cumprem com excelência artística essa função.

Referências

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Cultrix, 1980.

HUTCHEON, Linda. Trad. Ricardo Cruz. *Poética do pós-moderno: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.